

O médico veterinário e o desenvolvimento do sector leiteiro nacional

João Cotta Dias

Médico Veterinário

Quando me é feito o convite pelo Prof. Luís Ferreira para fazer uma apresentação na Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias, sobre matéria de leite e lacticínios, apresentei algumas reservas por ter plena consciência das minhas limitações e por saber existirem colegas de profissão que pelo seu saber e grande experiência técnico-científica por eles vivida, estariam em melhores condições para expor sobre tão vasta e complexa questão. Naquele momento apercebi-me de imediato, estar perante uma situação, sem dúvida, embaraçosa porquanto a minha actividade profissional, nos últimos trinta anos, desenvolveu-se em outras áreas de actuação em que a tecnologia e a investigação eram utilizadas mais como meios, naturalmente, valiosos para o exercício pleno das funções que me estavam confiadas, mas não faziam parte das nossas preocupações específicas porquanto isso cabia a especialistas com preparação adequada.

Na verdade, quando em 1972 ao assumir as funções de Vice-Presidente da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, o saudoso colega Dr. Aldovino Pereira Lucas, Presidente daquele Organismo que sempre o soube dirigir com notável competência e transparente desempenho, fez a curiosa afirmação que tenho retida na memória “agora meu filho esquece que és técnico”.

Ao longo da minha actividade profissional, nas mais diversas situações, tenho tido a oportunidade de avaliar quanta experiência e sabedoria continha aquele precioso conselho.

Nestas circunstâncias e tratando-se de uma sessão numa Sociedade Científica poderão colocar com toda a legitimidade o motivo que me levou a estar hoje aqui, quando sabia, antecipadamente, não ter curriculum para vos transmitir algo que valesse a pena e tivesse sido fruto de acções de investigação ou de trabalhos de natureza técnico-científica com incidência no sector

leiteiro.

Pedindo desde já perdão pela ousadia decidi aproveitar a oportunidade que me foi oferecida para prestar uma singela e muito merecida homenagem a uma plêiade de médicos veterinários que no decurso do século passado deram um alto contributo para o desenvolvimento da produção e da transformação do leite no nosso País.

No entanto, e com inteira justiça o fazemos, não podemos esquecer a participação de agrónomos, economistas, farmacêuticos, e outros profissionais que com o seu saber e dedicada prestação contribuíram para a positiva e desejada evolução observada no já referido sector.

Não pretendendo fazer um trabalho exaustivo sobre o sector leiteiro nacional, quer por falta de engenho, quer por escassez de tempo para fazer a adequada e indispensável pesquisa bibliográfica, por isso limito as minhas considerações sobre o papel que coube aos médicos veterinários no período de tempo iniciado em 1954, socorrendo-me de documentação pessoal e o que a minha memória reteve.

Todos sabemos, mas é sempre de recordar, da profunda modificação operada no sector nacional dos lacticínios com a criação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (J.N.P.P.) em 1939. Pode dizer-se que pela primeira vez se adoptaram princípios de ordenamento da actividade industrial. Foram definidas zonas de abastecimento às fábricas, admitiu-se o princípio de organização do transporte colectivo do leite e das natas, e condicionou-se o número de postos de recepção e de concentração. Além disto, promoveu-se a fusão de fábricas de lacticínios que não tinham capacidade técnica nem viabilidade económica, tendo surgido em sua substituição algumas unidades industriais bem dimensionadas e com adequado apetrechamento tecnológico. Esta profunda alteração do sector foi feita com o apoio financeiro da J.N.P.P. e a participação activa de médicos veterinários previamente preparados para o efeito.

Mas, é sobre um outro período subsequente e que teve início em meados da década de cinquenta do século passado que estou melhor preparado para fazer algumas considerações.

Na altura o panorama leiteiro em Portugal, podia caracterizar-se de forma muito resumida em três aspectos: todo o efectivo bovino leiteiro estava sujeito a campanhas anuais de natureza sanitária, a exploração leiteira era de muito pequena dimensão, o leite para consumo em natureza ou para transformação apresentava muito deficiente qualidade quer sob o aspecto microbiológico quer do ponto de vista físico-químico.

A única excepção era o leite pasteurizado da marca “Vigor” produzido pela empresa de Lacticínios Vigor, Lda cuja instalação de tratamento era dirigida pelo sempre recordado Dr. Inácio dos Santos que, com o seu saber, com o rigor e a disciplina postos na execução das suas funções, tornou possível lançar no mercado um produto que se impôs pelo seu elevado padrão de qualidade que foi mantido ao longo de anos, pelos seus sucessores na direcção técnica do estabelecimento de tratamento da referida empresa. Entre estes não podemos deixar de destacar, com inteira justiça, o Dr. Mário Dias Patinho pelo elevado grau de eficácia de que sempre deu provas ao longo da sua vida profissional.

Na preparação deste leite pasteurizado estava também envolvida a Intendência Pecuária de Lisboa que exercia o controlo permanente das condições higio-sanitárias das explorações produtoras de leite cru, bem como a vigilância da instalação de tratamento, do transporte e da distribuição do produto. Isto é, o controlo era exercido de modo permanente desde a produção até ao local de venda.

Mas, isto constituía uma excepção muito reduzida porquanto o panorama geral do País era, pode dizer-se, deplorável sob todos os aspectos e com potenciais riscos para a saúde pública.

No início da segunda metade do século XX em matéria de abastecimento de leite existiam em nosso entender, duas situações, uma para os pequenos centros populacionais em que o acesso a este bem alimentar ainda mantinha algumas características de uma sociedade agrário-rural, a outra relativa aos médios e grandes centros a situação era mais ou menos caótica com uma distribuição a granel em bilhas supostamente invioláveis e sem o mais pequeno respeito pelo consumidor. Não admira que o consumo fosse baixo e os agentes de saúde aconselhassem a fervura do leite como medida de aparente segurança para quem o fosse beber.

Perante uma situação que assumia aspectos de escândalo nacional com repercussões no exterior, onde já se aconselhavam os turistas a não consumir leite em Portugal, os Serviços Oficiais, em especial aqueles com maior responsabilidade em matéria de saúde pública,

decidiram tomar algumas iniciativas para resolver tão grave e premente problema.

A publicação, em 20 de Abril de 1953, do Decreto-Lei 39.178 criou as condições para organizar e disciplinar a recolha e concentração do leite e estabeleceu a obrigatoriedade de se proceder à classificação higiénica do leite e das natas sob a responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços Pecuários e conferiu à J.N.P.P. a competência de coordenar a respectiva distribuição daqueles produtos, de acordo com os interesses da produção, da indústria e do consumidor.

Para dar cumprimento ao citado diploma aquela Direcção Geral elaborou em colaboração com a J.N.P.P., um pormenorizado programa bem fundamentado em dados técnicos e económicos e estruturado em meios humanos e materiais, com o objectivo de mudar em curto prazo, o panorama existente no País relacionado com a qualidade do leite.

Aquele programa foi proposto para ser financiado pela Administração Americana através da F.O.A., que deu a sua aprovação a partir da qual se iniciaram os trabalhos de implementação, de recrutamento e preparação do pessoal de modo a criarem-se as condições para levar a efeito na bacia leiteira de Lisboa uma acção que ficou conhecida por “Campanha de Melhoramento da Qualidade Higiénica do Leite”.

O objectivo a atingir consistia em obter leite com características qualitativas que satisfizessem as exigências técnico-legais para ser aceite na futura Central Pasteurizadora de Leite da Câmara Municipal de Lisboa, cuja construção já se tinha iniciado, havendo a previsão de entrar em funcionamento a curto prazo.

A campanha estava estruturada na actuação de dois serviços distintos mas inter-dependentes, um actuando no campo junto dos produtores, o outro instalado em pavilhão próprio no então Laboratório Central de Patologia Veterinária, para dar apoio laboratorial às acções de campo exercidas junto da produção e da rede de recolha e de concentração de leite.

Para cada serviço foram recrutados médicos veterinários e pessoal não especificado a quem foi dada a formação adequada às tarefas que iriam desempenhar.

Assim os técnicos destinados a trabalhar no apoio laboratorial foram preparados sob a orientação do Prof. Eugénio Antunes Tropa no Laboratório de Tecnologia da Escola Superior de Medicina Veterinária Os técnicos e pessoal de campo fizeram a indispensável preparação teórica e prática na Estação de Fomento Pecuário, de Lisboa, na Venda Nova, sob a orientação de médicos veterinários da D.G.S.P. e da J.N.P.P.

Na bacia leiteira de Lisboa, ao abrigo do referido Decreto-Lei, foi organizada e instalada a rede de recolha e de concentração de leite que abrangeu as áreas das Cooperativas que, inicialmente, constituíam a UCAL.

A existência desta estrutura foi fundamental para a execução das acções previstas no âmbito da Campanha. Aliás, é de inteira justiça expressar o reconhecimento pelo notável trabalho realizado pela Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e pelas Cooperativas de Produtores de Leite na instalação da referida rede.

O principal objectivo da Campanha era melhorar a qualidade do leite. Para isso foi estabelecido que toda a acção era dirigida, prioritariamente, ao produtor (cerca de 12.000 na área abrangida), ensinando-lhe as regras de obtenção higiénica do leite - envolvendo a ordenha, o material de transporte de leite, o animal e o estábulo - e procurando que ele as aplicasse de forma correcta e como rotina. Foi um trabalho exaustivo e onde a paciência nunca se podia esgotar. O pessoal de campo, os chamados vulgarizadores, realizavam por ano milhares de visitas aos produtores para os ensinar e para verificar se as referidas regras estavam a ser cumpridas. A acção desenvolvida estava sujeita a permanente avaliação através da análise de amostras colhidas ao leite entregue por cada produtor no respectivo posto de recepção.

Quando se obteve uma resposta significativa da produção traduzida em termos de qualidade e de volume de leite foi possível instituir um regime de pagamento diferenciado em função da qualidade higiénica.

Esta medida tinha o duplo objectivo de, por um lado, recompensar o produtor pelos esforços desenvolvidos e por outro, assegurar a manutenção, a nível elevado, dos resultados alcançados.

Hoje tudo isto parece óbvio e simples, mas devo lembrar que a população humana, pequenos produtores e vaqueiros, cerca de 70 % era analfabeta, o número médio de vacas andava à volta de 2 por exploração e a bacia leiteira de Lisboa ocupava uma área de nove concelhos.

Toda a estratégia e orientação seguidas ficou a dever-se ao Dr. José Emiliano da Costa, que com inteligência, trabalho e lúcida perseverança foi o incontestado líder de uma vasta equipa de técnicos e pessoal auxiliar que se dedicaram de modo esclarecido e empenhado a uma tarefa cujos resultados foram validados não só pelos objectivos alcançados mas, principalmente, porque permitiu o aparecimento de um escol de profissionais que ajudaram a mudar de modo decisivo o panorama do sector leiteiro nacional.

É de destacar a colaboração prestada no arranque da Campanha pelo Dr. José Humberto Barros das Neves, porquanto a par da elevada competência técnica e da sensata e disciplinada forma de agir, conhecia em particular a zona onde se iria actuar.

Ao abrigo da legislação publicada em 1948, Decreto-Lei nº 36.973 e Decreto nº 36.974, foi instalada em 1957, a primeira Central Pasteurizadora de Leite, em

Évora, em que a respectiva Câmara Municipal fez a concessão de exploração à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Évora, cuja área social abrangia apenas a freguesia da Sé daquela cidade e que foi mais tarde alargada primeiro a nível concelhio e depois a todo o distrito de Évora. O responsável pela entrada em funcionamento incluindo, naturalmente, a preparação de todo o pessoal técnico e operários - foi o Dr. Tito Henriques. Para actuar junto da produção de leite por forma a melhorar a qualidade da matéria prima que iria ser sujeita ao tratamento de pasteurização foi designado o Dr. Herlander Fazenda. O desempenho destes dois técnicos, abrangendo o ciclo completo, isto é, a envolver a produção, o tratamento e a distribuição, permitiu obter resultados que vieram confirmar a estratégia de actuação estabelecida e iniciada na região de Lisboa e que se estava no caminho certo para assegurar o desejado êxito de um sistema de funcionamento que, sujeito a eventuais adaptações e com o mesmo objectivo, poderia ser aplicado em outras regiões do País.

Um facto importante a realçar foi o de ter sido em Évora, em 1956, que teve início a aplicação sistemática de um esquema convenientemente estruturado de classificação higiénica do leite.

Em 1957, no âmbito da reestruturação da Direcção Geral dos Serviços Pecuários foi criada a Repartição dos Serviços de Assistência Técnica e de Vulgarização e o Laboratório Central de Patologia foi transformado em Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Todo o pessoal na situação de assalariado a exercer funções na Campanha foi integrado no quadro da Direcção Geral e colocado quer naquela Repartição quer no Serviço de Lactologia do L.N.I.V.

Perante a disponibilidade de um significativo volume de leite de qualidade e tendo em vista a entrada em funcionamento da Central Pasteurizadora de Lisboa foi criada uma estrutura inovadora, o serviço de Inspeção e Classificação de Leite, integrado na 5ª Repartição, cuja função prioritária era classificar o leite cru e proceder à sua selecção de modo a garantir condições de qualidade para ser aceite para tratamento naquela Central.

Para o efeito foram instalados três laboratórios regionais - Loures, Mafra e Sintra - convenientemente apetrechados em pessoal e equipamento para a realização das provas destinadas à classificação, ao apoio à vulgarização e à inspecção. Eram provas simples e fiáveis para o fim a que se destinavam e de execução simplificada. Tratava-se da prova de redução do azul de metileno, do exame microscópico (prova de Breed-Brew), pesquisa de água oxigenada e da estabilidade do leite (prova de álcool), além disto os Laboratórios preparavam todo o material destinado às brigadas de colheita de amostras de leite e para ser utilizado pelos

serviços de vulgarização.

Junto de cada um dos três postos de concentração - Loures, Mafra e Sintra - estava colocado um médico veterinário inspector que vigiava o funcionamento do posto e decidia sobre a constituição dos lotes de leite a enviar para a já referida Central. O responsável directo pela montagem e início de funcionamento deste serviço foi o Dr. Fernão Marques de Abreu que com inteligência e meticulosidade montou uma estrutura cuja eficácia de actuação está bem traduzida pelo facto de no decurso de dez anos (1959-1968) a seleccionar leite da região de Lisboa e de outras origens terem apenas sido rejeitados cerca de 2.500 litros quando haviam sido recepcionados pela Central centenas de milhões de litros de leite durante aquele longo período.

Com os serviços institucionalizados e a experiência adquirida foi alargada a sua actuação a outras regiões - Entre Douro e Minho em 1956-1958, e Beira-Litoral em 1965, onde são instaladas estruturas cuja metodologia funcional era em tudo semelhante à que havia sido praticada nas zonas de Lisboa e Évora.

Naquela vasta área do noroeste português apesar do esforçado trabalho levado a efeito por equipas bem preparadas e com provas já prestadas em acções semelhantes, a verdade é que se sentiram dificuldades em atingir e, principalmente, em manter duradouramente o desejável grau de qualidade para o leite, tendo em vista a pasteurização.

Esta dificuldade agravava-se, de modo significativo, logo que se registava uma pequena subida da temperatura ambiente.

Fica a dever-se ao Dr. Renano Henriques que pela sua capacidade de observação, pelo seu esclarecido saber e à forma inteligente de aplicar na prática modelos teóricos ou ainda em fase experimental, nasce a solução que podia permitir ultrapassar as dificuldades inerentes à reduzida dimensão e ao tipo de estábulo existente e que dominavam, fortemente, nas regiões minifundiárias do noroeste do continente português.

Aliás, aquele ilustre colega já havia dado provas da sua competência no lançamento de novas formas de exploração do bovino leiteiro como é o caso da estabulação livre nos seus diversos tipos e na utilização da ordenha mecânica nas suas variadas soluções.

Assim, aproveitando o clima de confiança que reinava entre produtores e os Serviços de Vulgarização e o competente e decidido apoio concedido pelo Dr. Torres da Costa foi possível conquistar a adesão dos produtores da Cooperativa de Oliveira de Azeméis e com apoio activo desta Organização procedeu-se à instalação, a título experimental, em Agosto de 1967, do primeiro "Centro Colectivo de Ordenha Mecânica" no País.

Em trabalho apresentado no XVIII Congresso Internacional de Leitaria, Austrália, 1970, pode ler-se "Na

impossibilidade de em curto prazo conseguir qualquer modificação na estrutura agrária da citada região, houve que procurar e pôr em prática um processo de actuação no sentido de obviar alguns dos inconvenientes daquela estrutura e criar, simultaneamente, condições para um melhor aproveitamento das potencialidades que o efectivo bovino leiteiro daquela região possa conter".

Na verdade a "Sala Colectiva de Ordenha Mecânica" como veio a ser conhecida propiciava que fossem atingidos, prioritariamente, os seguintes objectivos: 1) acesso a melhor valorização do leite por parte do produtor; 2) obtenção de níveis de qualidade higio-sanitária mais elevados e de garantia da genuinidade do leite; 3) economicidade na recolha do leite através do recurso à sua refrigeração ao nível das salas colectivas de ordenha; 4) por outro lado a estrutura referida oferecia a possibilidade de realizar um conjunto de acções que dificilmente podiam ser executadas, em regiões de minifúndio, entre as quais se destaca: a) orientar para que possam ser aceites adequadas técnicas de manejo alimentar e zootécnico perante a exibição das produções confrontadas; b) possibilitar a execução de provas funcionais, contraste lacto-manteigueiro, por exemplo, com vista à selecção de animais; c) permitir o melhoramento dos efectivos através da aplicação de um adequado esquema de inseminação artificial; d) tornar possível a realização de programas tendo em vista o controlo da patologia da reprodução e a luta para impedir as afecções do útero; e) propiciar a manutenção das características higio-sanitárias a nível elevado e garantir a genuinidade do leite;

Se a concepção da estrutura e do funcionamento da "Sala Colectiva" coube aos técnicos, no entanto o principal responsável pela execução prática foi o ajudante de pecuária Hernâni Inglês que pelo seu notável desempenho muito contribuiu para a expansão daquela estrutura nas regiões norte e centro do País.

O êxito da iniciativa pode medir-se através da expansão observada em três períodos diferentes. De 1967 a 1969 foram instaladas 100 salas colectivas de ordenha, em 1977 já existiam 705 e passaram a 1441 em 1981. A partir deste ano não possui elementos sobre a evolução observada, mas estou em crer que algumas tivessem desaparecido, porquanto a sala colectiva abriu caminho, não ao estábulo colectivo, mas à instalação da ordenha mecânica em estábulos individuais que no último ano referido já se praticava em 4490 explorações das quais em 1091 o leite cru já era refrigerado após a ordenha.

Cabe referir o projecto posto em execução pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, em 1976 e 1977, financiado pela Administração Americana, ao abrigo da Public Law 480, que permitiu instalar numa zona bem definida do Nordeste Transmontano, trinta "Salas Colectivas de Ordenha". Esta realização deu alguma

visibilidade à produção de leite naquela região mas, em nossa opinião, sem sinais de expressivo desenvolvimento para podermos observar uma evolução positiva em termos de quantidade e de qualidade do leite.

Sob a acção directa dos Serviços de Assistência Técnica e de Vulgarização, a produção de leite de alta qualidade o chamado - leite especial pasteurizado - foi objecto de assinalável crescimento em que o factor preço suscitou a adesão de produtores com alguma dimensão e que tinham instalações para cumprir as medidas impostas para a produção daquele tipo de leite e aceitavam sujeitar-se a um controlo permanente não só às condições de exploração e de maneio mas também à qualidade higio-sanitária do leite produzido.

Os serviços da 5ª Repartição que operavam no sector leiteiro tinham um desempenho funcional de elevado nível de qualidade porquanto não só cumpriam uma rotina absorvente como procuravam novas técnicas de apreciação do leite como foi o caso do estudo da condutividade eléctrica, da introdução da prova de Whiteside e do Teste californiano da mamite (T.C.M.) que hoje ainda se pratica e que foi introduzido pela primeira vez em Portugal, no Laboratório de Sintra, pelo Dr. Mário da Rocha Vasconcelos Lopes Moreira que sempre agiu com elevada probidade mental, procurando soluções que pudessem melhorar as condições de funcionamento para obter resultados mais fiáveis e duradouros. Também foi assim na Lacticínios de Aveiro, Ldª onde sob a sua responsabilidade orientou a produção de leite pasteurizado para consumo em natureza. De realçar a actividade desenvolvida em Moçambique onde preparou e aplicou um programa destinado a promover a produção de leite naquele país.

Também não passaram despercebidas as acções de organização racional do trabalho junto das explorações de leite especial que pela sua dimensão, apetrechamento e nível profissional do pessoal utilizado permitiram ao Dr. Manuel Romão Boavida iniciar e desenvolver trabalhos que tornassem possível corrigir eventuais erros de estrutura e/ou da metodologia praticada e de tempos operacionais.

O indispensável apoio técnico informativo foi sempre prestado pelo eficiente serviço de documentação que foi instalado e dirigido pela Dr.ª Luísa Loup Brás que com inteligência e a sabedoria de bem fazer, prestou sempre um inestimável apoio a todo aquele que precisava de melhor e mais recente informação para actualizar conhecimentos, para escrever um artigo ou até mesmo um livro.

O “Boletim de Vulgarização Veterinária” era o meio de informação permanente para todos que estavam, directa ou indirectamente, ligados não só à produção de leite mas também a outras áreas do campo de intervenção dos serviços da D.G. Foi uma publicação que teve

prestígio e conseqüente procura, isso ficou a dever-se, em grande parte, ao dinamismo e competência do Dr. Manuel Themudo.

Outras iniciativas merecem referência tais como a realização de um curso sobre pasteurização de leite para médicos veterinários municipais, a distribuição de leite a algumas escolas do ensino primário e campanhas publicitárias para sensibilizar a população em geral e em especial os jovens para o consumo do leite.

Durante pouco mais de dez anos desenvolveu-se um programa com objectivos bem definidos e pode dizer-se que foram plenamente alcançados. O panorama leiteiro do País tinha mudado radicalmente com a actuação de uma estrutura eficaz de apoio aos produtores de leite e a empenhada colaboração das suas Associações e assim foi possível obter elevadas disponibilidades de leite de qualidade controlada destinado não só para o consumo em natureza mas também para a indústria.

Pode dizer-se que estava fechado o ciclo da inovação e da mudança consolidada que permitiu a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 47.710 de 18 de Maio de 1967 sem que se corresse o risco de alterações susceptíveis de impedir o movimento iniciado em 1955, apesar das profundas mudanças introduzidas no sector leiteiro por aquele diploma.

Na verdade, o referido Decreto-Lei reforça o regime de concentrar a oferta de leite concedendo a exclusividade da sua recolha e concentração na titularidade da Organização Corporativa da Lavoura. Por outro lado, são transferidas para aquela Organização as funções relacionadas com os serviços especializados de vulgarização e de classificação que vinham sendo exercidas desde 1956 pela D.G.S.P., de acordo com a lei então vigente.

A transferência de funções fez-se pode dizer-se, sem quebra de execução das actividades e salvaguardando os interesses das entidades que tinham competências no sector leiteiro.

É de referir que as regras de actuação dos dois serviços especializados foram previamente fixadas por Despacho do Secretário de Estado da Agricultura, publicado no Diário do Governo. Uma grande parte do pessoal técnico e auxiliar, pertencentes aos quadros da Direcção Geral dos Serviços Pecuários, foram destacados, ao abrigo da lei em vigor, para as Organizações da Produção - Federações de Grémios da Lavoura e Uniões de Cooperativas. Assim, na Federação de Entre Douro e Minho passaram a exercer funções os Drs. Luciano Löff, Joaquim Pires Naves e Magrassó e Silva. Na Beira Litoral os Drs. Pedro Abreu e Martinho do Rosário são colocados na Federação e o Dr. Torres da Costa manteve-se na Cooperativa de Oliveira de Azeméis.

Na área da UCAL que havia sido alargada com a entrada de novas Cooperativas - Évora, Ribacal, Caldas

da Rainha e Leiria e Marinha Grande, os Drs. António Martins Godinho, Fernando Bandarra Branco e Herlander Fazenda passam a desenvolver junto daquela União, as mesmas funções que, desde sempre, haviam exercido nos Serviços Oficiais.

Na Federação dos Grémios da lavoura do Distrito de Portalegre cabe ao Dr. Manuel Ramalho Ribeiro assumir a responsabilidade das acções de vulgarização e de classificação do leite, sendo para o efeito coadjuvado por um ajudante pecuário de grande competência profissional o Sr. Manuel Rebola Cuco.

Na Federação dos Grémios da Lavoura do Distrito de Beja, as funções ligadas ao melhoramento da qualidade do leite ficaram a cargo do Dr. Francisco José Sevinate Pontes que utilizava como apoio o Laboratório de Análises de Leite que havia sido instalado na Intendência Pecuária de Beja.

No Algarve a União das Cooperativas de Produtores de Leite, por delegação da respectiva Federação, assumiu as responsabilidades pela vulgarização e pela classificação do leite, com o apoio do Laboratório de Análises de Leite, instalado na Intendência da Pecuária, o Dr. Manuel Trigo Pereira coadjuvado pelo eficiente e dedicado ajudante de pecuária Sr. Fernando Marques da Cunha.

As principais zonas de produção de leite do País dispunham de estruturas funcionais que permitiam o desenvolvimento do sector e onde exerciam também influência, muito significativa, os serviços responsáveis pela sanidade, pela reprodução e melhoramento e pela alimentação e nutrição.

Os resultados de todas estas acções eficazmente desenvolvidas e articuladas entre elas tiveram como objectivo o bem comum e, naturalmente, o dos produtores e dos consumidores de leite. Os primeiros eram recompensados dos esforços e cuidados postos na produção de leite e assim obterem um melhor preço; os segundos passaram a ter à sua disposição um produto alimentar de qualidade que poderiam consumir com segurança.

A evolução registada pode ser avaliada pelos expressivos e seguintes números:

Unidade/Milhar de Litro

Anos	Produção	%	Capitação/Ano
1955	280.000		22 lt
1967	360.000	129 %	40 lt
1974	459.000	127 %	51 lt

Com a publicação do Decreto-Lei nº 47.710 o sistema de abastecimento de leite aos centros populacionais sofre profunda alteração porquanto deixa de estar

dependente de centrais leiteiras e pasteurizadoras, de exploração municipal, para poder ser exercido por entidades do sector privado ou corporativo podendo este delegar em cooperativas ou nas uniões.

Esta mudança em matéria de tratamento de leite para consumo directo permitiu, que se iniciasse um movimento por parte das diversas entidades que ao abrigo da lei, em vigor, podiam instalar Centros de Tratamento de Leite, como foi o caso das Federações de Grémios da Lavoura, respectivamente, de Entre Douro e Minho, da Beira Litoral e de Portalegre.

A Federação dos Grémios da Lavoura do Distrito de Portalegre ao ter visto aprovado, pela Comissão de Abastecimento de Leite (C.A.L.) o seu plano de distribuição de leite a todo o distrito, solicitou aos Serviços da 5ª Repartição, um estudo técnico-económico sobre o tipo de tratamento de leite a adoptar.

Para dar cumprimento ao solicitado foi elaborado um relatório onde eram analisadas as duas opções possíveis e mais indicadas para preparar leite para consumo directo. Pondo de parte o leite esterilizado face ao reduzido interesse já então manifestado pelo consumidor, o trabalho incidiu sobre a pasteurização e a ultra-pasteurização (U.H.T.) os dois tipos de tratamento de possível aplicação. Sendo a primeira vez que esta questão surgia dado o recente lançamento do leite U.H.T. houve uma especial preocupação em analisar todos os aspectos técnicos e económicos inerentes a cada um dos processos.

A opção recaiu sobre o U.H.T. pelo conjunto de vantagens que oferecia tais como o alargado prazo de validade (três meses contra as 36h do leite pasteurizado), o enchimento asséptico e em contínuo em embalagens opacas, hermeticamente fechadas e impermeáveis aos líquidos e aos gases e não carecendo de frio no circuito comercial.

Por outro lado este tratamento ao ser realizado junto da produção oferecia a vantagem de dispor de matéria prima em melhores condições de qualidade. No transporte a longa distância e na distribuição local não utilizava viaturas especiais, o que permitia a sua melhor rentabilização quer em retornos quer na racionalização dos circuitos comerciais.

No referente à qualidade do leite cru foi recomendado no relatório que devia ser utilizada matéria prima de baixo teor quer em células somáticas quer em flora psicrófila para evitar que surgissem acções enzimáticas susceptíveis de provocar indesejáveis alterações orgânicas num leite de longa duração.

Com base no Relatório, a Direcção da Federação dos Grémios da Lavoura de Portalegre fez um pedido de financiamento à então Junta de Colonização Interna para instalar um sistema de tratamento U.H.T. que após cuidada apreciação decidiu não conceder o apoio finan-

ceiro solicitado.

Esta decisão não agradando à Federação levou o seu Presidente Dr. Francisco Barreto Caldeira Castel-Branco a pedir uma audiência ao secretário de Estado da Agricultura, Eng. Vasco Leónidas que perante opiniões opostas despachou com inteligência, sem ferir ninguém, e servindo o País autorizando que, a título experimental, fosse instalado o sistema de U.H.T. com enchimento asséptico e para o efeito concedido o respectivo financiamento.

Com esta citação pretendemos homenagear e recordar a atitude de duas personalidades que sem alardes mas com visão e reconhecida capacidade em decidir, abriram as portas a um processo de tratamento que rapidamente se expandiu e proporcionou uma correcta e generalizada distribuição de leite a todas as crianças do ciclo básico do ensino obrigatório.

Assim, mais uma vez o Alentejo dava um exemplo da inovação no sector leiteiro. Em 1956 é instalada a primeira Central Pasteurizadora de Leite de iniciativa municipal, em Évora. Em 1970, arranca o 1º Centro de Ultrapasteurização no Portugal europeu, na cidade de Portalegre, por iniciativa da Federação de Grémios da Lavoura.

Apesar da transferência das acções de vulgarização e de classificação para outras entidades, a verdade é que não houve perda de dinamismo no desenvolvimento do sector. Regista-se a instalação de mais salas Colectivas de Ordenha mecânica, aparecem mais estábulos individuais, há mais leite refrigerado após ordenha, a produção total não deixa de aumentar.

A transferência para as Organizações da Lavoura das acções relacionadas com a vulgarização e classificação higiénica do leite levou a D.G.S.P. a encerrar instalações regionais e laboratórios, nomeadamente as localizados na região de Lisboa e na Beira Litoral.

A Dr.^a Ismália Branca da Cruz, que chefiava o Laboratório de Loures, ingressou no L.N.I.V. e os Drs. Luis Botelho e Mário Moreira responsáveis, respectivamente pelos Laboratórios de Mafra e Sintra passam a exercer funções de natureza diversa noutros serviços da D.G.

Os Drs. António Marcos Andrade, Amílcar Fernandes e Correia Pires que nos Postos de Concentração da U.C.A.L., localizados em Sintra, Loures e Mafra vigiavam não só as condições de higiene e de funcionamento das instalações mas também eram responsáveis pela inspecção e selecção do leite destinado à Central Pasteurizadora de Lisboa. Fica a dever-se à sua acção uma das mais notáveis provas de eficácia avaliada diariamente ao longo de anos e traduzida pelo facto de nunca ter ocorrido uma única rejeição de leite por falta de qualidade higio-sanitária ou de composição físico-química.

Merece igualmente uma especial referência a acção desenvolvida na Beira Litoral, pelo ajudante de pecuária se. Adrião Dias Carmona que soube actuar, com elevado grau de competência, na tarefa nem sempre fácil de seleccionar lotes de leite que sempre foram aceites ao nível da Central Pasteurizadora de Lisboa.

A apertada interligação existente entre duas acções diferentes - classificação e inspecção de leite - que se exerciam de acordo com regras distintas e bem definidas mas sempre com a desejada e indispensável complementaridade permitiu, que no funcionamento concreto se alcançasse a desejada eficácia, sempre comprovada pelo controlo rigoroso e permanente exercido sobre o leite por entidade independente. Pode afirmar-se ter sido uma excelente prova de competência e de capacidade traduzida em êxito porquanto os desaires, quando existissem seriam inocultáveis e irreversíveis, o que em anos de actividade nunca tal aconteceu.

A partir de 1967, de toda a estrutura laboratorial e de inspecção apenas restou no L.N.I.V. o Serviço de Lactologia onde o Dr. Francisco Arnaldo Esteves com probidade mental e rigor técnico exercia funções de chefia desde 1957, tendo tido como colaboradores os Drs. António Dias Correia, que veio a ser ilustre Professor da E.S.M.V. e hoje está jubilado. Mário Dias Patinho e João Cotta Dias que a partir de Setembro de 1959 passou a chefiar o Serviço de Inspeção e de Classificação do Leite.

Em 1974, Portugal é abalado por uma profunda mudança traduzida por alterações culturais, sócio-económicas e geo-políticas e deste modo encerrou-se outro período de desenvolvimento do sector leiteiro caracterizado pela exclusividade atribuída à Organização Corporativa da Lavoura para classificar, recolher e concentrar leite e ter aberto à indústria privada a possibilidade de abastecer com leite pasteurizado, o mercado consumidor.

Uma das grandes alterações envolvendo o sector leiteiro foi o desaparecimento de toda a estrutura Corporativa que rapidamente deu lugar a outras formas mais liberais de associativismo.

De Norte a Sul do País as Uniões de Cooperativas de Leite assumem grande preponderância e agem de modo a não criar qualquer perturbação no abastecimento de leite e de produtos lácteos.

O subsídio por litro de leite, no valor de vinte centavos que estava previsto desaparecer a partir de Setembro de 1974, foi reforçado e passou para 1\$20. Aliás nos anos subsequentes registou-se uma política de apoio à produção de leite que teve uma forte influência no melhor dimensionamento das explorações leiteiras (média 6,5 vacas/estábulo), no aumento do número de instalações com ordenha mecânica e refrigeração, o acréscimo do efectivo leiteiro e da produtividade por vaca de que

resultou ter-se registado em 1981 uma produção total no Continente de 896 milhões de litros. Por outro lado verificou-se um significativo aumento do consumo de leite em natureza que regista um acréscimo de 92,4 % entre 1970 e 1981. Neste período, o leite laborado tem também o notável crescimento de 104,2 %.

Há mais oferta de leite e de modo geral de melhor qualidade. Surgem no País mais centros de tratamento como é o caso do Porto, da Tocha, na Beira Litoral, de Caldas da Rainha, de Santarém, do Ladoeiro, de Mira, a par de todos os outros que já existiam. No último ano acima referido (1981) o leite U.H.T. já ocupa quase um terço do abastecimento de leite em natureza (198 milhões de litros).

Em alguns dos centros de tratamento surgem novos colegas como os Drs. Rui Biscaia Telo de Gonçalves e Carlos Godinho em Portalegre, o Dr. Cunha da Mota em Caldas da Rainha e é justo registar a permanência, em Évora, do Dr. Carlos Potes que pela sua reconhecida competência e dedicação, continuou no desempenho de funções que vinha exercendo desde 1957.

A provável elevação do nível de vida e dos rendimentos familiares, a mudança de hábitos alimentares, a par de outros factores como o preço e a garantia de abastecimento, influenciaram o consumo de leite e de lacticínios que registou elevadas taxas de crescimento e uma perspectiva de procura potencial.

Esta situação gera aumento da oferta que vai satisfazendo o mercado com a reduzida probabilidade de uma dada produção não ser escoada.

Para esta evolução muito contribuiu o desempenho das Organizações da Produção que pode avaliar-se pelos resultados bem expressivos e traduzidos pelo aumento da capacidade produtiva do rebanho leiteiro e pela qualidade do leite quanto à sua composição e características higiénicas e sanitárias.

Por outro lado a orientação política assumida e mantida durante alguns anos envolveu medidas de grande significado tais como, o subsídio ao consumo de leite e de produtos frescos, o apoio financeiro com percentagens variáveis a fundo perdido para equipar e modernizar as explorações leiteiras e a instituição de um programa de leite escolar para todos os alunos do 1º e do 2º ciclos do ensino básico e pré-escolar.

Deste modo, quando em 1986 se fez a integração de Portugal na C.E.E., o sector leiteiro já possuía alguma capacidade organizativa e estrutural que lhe permitiram adaptar-se sem grandes dificuldades às regras comunitárias.

Com a adesão desapareceu a exclusividade concedida às Organizações da Produção para realizar as operações relativa à recolha, à concentração, e à classificação do leite.

Deste modo dá-se a liberalização do mercado pas-

sando para o comprador, que paga o leite ao produtor, a responsabilidade pela execução daquelas operações.

Verifica-se de maneira geral, estabilidade no sector leiteiro que vencendo um ou outro obstáculo soube adaptar-se ao regime de mercado aberto.

Com as sucessivas reformas, algumas delas de grande amplitude a que foi sujeito o Ministério da Agricultura, observou-se uma certa perda de capacidade de intervenção em alguns sectores entre os quais o leiteiro. Cito por exemplo, a regionalização dos serviços de defesa sanitária com perda da responsabilização vertical e o quase desaparecimento de actividades de extensão e de assistência técnica.

Na verdade, qualquer que tivesse sido a causa, assistiu-se a uma crescente capacidade de intervenção por parte das Organizações da Produção que passam a ter disponíveis serviços técnicos para prestarem apoio aos produtores de leite e para a resolução de problemas de mais difícil pendor técnico procuram, de preferência, encontrar as soluções junto de entidades ligadas à investigação e/ou ao ensino superior e técnico/profissional.

No entanto, alguns médicos veterinários devem ser referenciados como o Dr. Luís Salino que tendo exercido funções no serviço de lacticínios da J.N.P.P., após a extinção deste organismo passou por vários departamentos do Ministério de Agricultura mantendo sempre ligações ao sector leiteiro onde alcançou elevada notoriedade, fruto das suas qualidades intelectuais e de trabalho.

Também o Dr. João Cristina merece uma especial menção pela elevada eficácia técnica que tem revelado na sua actividade profissional. O Dr. João Niza Ribeiro, Director do S.E.G.A.L.A.B., tem-se notabilizado pela forma como tem desenvolvido a sua actividade sempre dirigida para a inovação e agindo de modo responsável junto das explorações leiteiras de forma a prepará-las para o cumprimento das disposições inseridas na recente regulamentação comunitária que impõe critérios mais exigentes por forma a garantir a segurança alimentar.

A Dr.^a Elsa Micaelo que se tem distinguido como técnica da Direcção Geral Veterinária revelando sempre competência e esclarecida vontade na resolução de questões ligadas à produção de leite.

Seria quase imperdoável não fazer uma referência aos queijos tradicionais portugueses que desde há séculos marcam presença como género alimentício de características ímpares e destinados, não só ao consumo doméstico, mas também como fonte de rendimento do agregado familiar. Eles estão intimamente ligados à história, à cultura e à actividade agro-pastoril de vastas áreas do Continente Português e das ilhas de S. Jorge e do Pico nos Açores.

Neste campo não podemos deixar de referir, mais

uma vez, os Drs. Inácio dos Santos e Fernão Marques de Abreu pelos trabalhos realizados na Estação de Estudos de Tecnologia de Produtos de Origem Animal, sobre o queijo Serra da Estrela.

Também sobre este queijo o Dr. Vicente Costa Pinto merece citação especial quer pela actividade como produtor de grande qualidade, quer pela competente colaboração no âmbito da demarcação da região do queijo Serra da Estrela.

Os Drs. Daniel Patacho de Matos e Amílcar Fernandes foram os responsáveis pela execução de acções de melhoramento da qualidade higiénica do leite de ovelha na zona de Oliveira do Hospital, mas que foram suspensas, não por falta de adesão dos produtores, nem porque os resultados não fossem encorajadores, mas tão somente por decisão superior.

Um trabalho muito profundo e completo sobre as condições de produção do queijo Serra da Estrela foi a tese de doutoramento do Dr. Marcos Gulbenkian na Universidade de Reading.

O queijo Serpa foi objecto de estudo das condições de fabrico e de cura pelo Dr. António José Bettencourt que também teve papel relevante nas diversas acções para estabelecer a área demarcada deste queijo.

É meu dever abrir uma excepção, seria injusto que a não fizesse, mas tenho de referir a Dr.^a Manuela Barbosa que com notável determinação e elevada competência tem dedicado muito tempo, da sua longa carreira profissional, ao estudo e à defesa dos queijos tradicionais portugueses.

Nos Açores, o Prof. José Matos com o seu saber e grande dedicação, bem se tem esforçado para encontrar boas soluções para os queijos de S. Jorge e do Pico.

Uma referência especial a dois médicos veterinários que ao serviço da F.A.O. desenvolveram uma intensa e eficaz actividade no sector do leite e dos lacticínios quer na área do planeamento e fomento da produção quer no que diz respeito ao ensino e à tecnologia. Um, o Dr. Fernando Vieira de Sá dedicou aos queijos tradicionais portugueses um intenso labor no sentido de esclarecer aspectos relacionados com sua tecnologia e a sua caracterização. O outro, o Dr. Francis Patrick Keeting numa forçada permanência nos Açores decidiu estudar o queijo de S. Jorge e introduzir modificações em práticas erradas que influenciavam, naturalmente, o tipo e a qualidade do queijo.

Com vasto curriculum e profundo conhecedor da teoria e da prática de fabrico de lacticínios que fazem dele um tecnólogo de elevado mérito e um pedagogo que transmite saber e experiência vivida.

De modo sucinto e objectivo podemos expressar o desenvolvimento do sector leiteiro, entre o ponto de partida, ano de 1955, e o início do novo milénio apenas por dois números referentes ao consumo de leite

em natureza, cuja capitação passa de uns escassos 22 litros/ano para cerca de 100 litros. O que equivale a um crescimento de 455 %.

No consumo de outros produtos lácteos também se verifica naturalmente, um considerável aumento.

Entre os anos de 1978 e 2000 os leites fermentados têm uma subida de 600 % e a do queijo foi de 100 %.

A taxa de auto-suficiência rondou os 100 %, o que equivale a dizer que a oferta de leite, ainda que tivesse havido uma forte redução no número de produtores, foi sempre satisfazendo a ascendente procura.

Sem a prestimosa e fundamental contribuição de outros médicos veterinários que exercendo funções em diversas áreas de actividade como a sanidade, o melhoramento animal a alimentação e nutrição, a investigação, o ensino e a formação profissional não era possível chegar onde hoje nos encontramos.

Uma das medidas que em nossa opinião, se pode considerar como factor determinante para o desenvolvimento registado no sector leiteiro foi sem dúvida, a generalização do pagamento diferenciado do leite em função da qualidade. O estímulo de melhor lucro constituiu, também neste caso, a alavanca do progresso.

O novo rumo da P.A.C. está alicerçado em mecanismos de intervenção para proteger os produtores e também para garantir, com eficácia, a qualidade e a segurança alimentar, respeitar os requisitos ambientais, assim como assegurar a saúde e o bem estar dos animais.

Estamos perante novas exigências que condicionam diversos procedimentos que tendem a assegurar a qualidade integral do leite e a tornar viável a sua produção e a satisfazer o mercado.

A F.I.L. com grande sentido de oportunidade lançou um programa para estudar e analisar um conjunto de questões ligadas à produção de leite que lhe permitiu propor um código do “Boas Práticas nas Explorações Leiteiras” que poderá constituir um importante instrumento para o desenvolvimento sustentado da exploração leiteira.

Penso estarmos no limiar de uma nova mudança do actual esquema de classificação de leite com base na qualidade higio-sanitária e na composição física e química para se passar a fazer a apreciação global da exploração leiteira e só admitir para produção de leite destinado ao consumo sob qualquer forma, aquela que cumpra de modo permanente as regras legais e técnicas que garantam a sua sustentabilidade e a segurança alimentar.

Bibliografia

1. “Algumas considerações sobre o Abastecimento de leite em Portugal”. João Cotta Dias - I Seminário Tetra Pak. Lisboa, Junho/1977.
2. “Mercado do Leite”. João Cotta Dias - Jornadas Técnicas

- Lacti/82 - Vale de Cambra.
3. "A qualidade higiénica e sanitária do leite na zona do mini-fúndio". João Cotta Dias. Aveiro, Julho/1982.
 4. "Higiene e qualidade do leite face à CEE". João Cotta Dias-II Symposium Internacional de Reprodução Animal. Novembro/1984.
 5. "Breve reflexão sobre o sector leiteiro nacional". João Cotta Dias - Revista Lactis. Maio/1992.
 6. "10 annés de Production higiénique de lait dans le bassin laitier de Lisbonne". João Cotta Dias, Renano Henriques e Tito Henriques - In Actas do XVII Congresso Internacional de leitaria. Munique/1966.
 7. "Normes de classification adoptées au Portugal pour le paiement du lait selon sa qualité higiénique" João Cotta Dias, Tito Henriques - In Actas de XVII Congresso Internacional de leitaria. Munique/1966.
 8. "Traite mecanique en base cooperative - experience portugaise - theme B6". João Cotta Dias e Manuel Torres da Costa. In Actas do XVIII Congresso Internacional de leitaria. Austrália/1970.
 9. "A produção de leite face à CEE". João Cotta Dias - In Colóquio - A vaca leiteira na Bacia Leiteira da Moita. Maio/1987.
 10. "Controlo de qualidade nos lacticínios". João Cotta Dias - II Jornadas Técnicas de Nutrição e Engenharia Alimentar - Instituto Superior de Ciência da Saúde. Costa da Caparica. Março/1996.

